

**A LITERATURA INFANTO-JUVENIL E SEU PAPEL HUMANIZADOR:  
LEITURA E EXPERIÊNCIA NA SALA DE AULA COM *O BEIJO DA  
PALAVRINHA*, DE MIA COUTO**

Bruna Janine Caballero Bezerra de Melo (UFRN)  
brunajaninecaballero@gmail.com

Resumo

O presente trabalho está diretamente voltado para a discussão da literatura em sala de aula, com ênfase na obra do universo infanto-juvenil africano, *O beijo da palavrinha*, de Mia Couto (2006). O texto base utilizado é um dos livros infanto-juvenis do autor que possui maior receptividade por parte das crianças. Na obra, é enfatizada a temática da morte, assunto pouco abordado no universo infantil, visto socialmente como algo “não adequado” para tratar com esse público. Nota-se, então, um desafio: trazer, através deste conto, um assunto visto como “tabu” e mostrá-lo de uma forma poética e sensível, com o intuito de vencer o medo através da palavra. Nessa perspectiva, são levadas em consideração as colocações da estudiosa Leyla Perrone-Moisés (2010), responsáveis por evidenciar os problemas enfrentados pela literatura nos dias atuais; os estudos do crítico francês Antoine Compagnon (2009), que analisam a importância da leitura do texto literário; o pensamento de Adorno (1995), propondo uma educação como caminho para se superar a barbárie e Antonio Candido (2011), estudioso e crítico literário, o qual expõe a necessidade da literatura na vida do ser humano, como estimuladora do pensamento crítico. Partimos da compreensão da literatura funcionando como um artefato intelectual e afetivo para atuar como processo de instrução e educação. Assim, a temática está voltada para a literatura infanto-juvenil africana como um componente de linguagem fictícia capaz de contribuir para a constituição de identidades singulares do aluno leitor, considerando tanto o plano individual quanto o coletivo, a fim de integrar valores comuns à cultura do grupo, e, dessa forma, criar o sentido de seu pertencimento à sua nacionalidade. Nesse sentido, a literatura infanto-juvenil africana, em sala de aula, aparece como contribuinte de uma melhor e mais ampla relação inter-humana, possibilitando o desmascaramento de negações dos direitos humanos.

Palavras-chave: O beijo da Palavrinha. Literatura africana. Universo Infantil. Direitos Humanos.

Introdução

Mia Couto é um escritor que se utiliza das palavras de forma muito sutil, escrevendo, percebe-se, não para um público específico, mas produzindo sempre um diálogo com seus personagens interiores. Desse modo, não há o interesse do autor em alinhar características destinadas apenas aos infantes, categorizando-os, mas sim em demonstrar alguns desses personagens como crianças ou pedaços de infância, os quais sobrevivem no autor, evidenciando o quanto o público infantil é surpreendente, não podendo ser subestimado.

*O beijo da palavrinha* se utiliza de uma linguagem extremamente metafórica, responsável por despertar no leitor múltiplas imagens e interpretações, fazendo o nosso imaginário transgredir às questões cotidianas e enxergar mais além. É justamente em virtude da temática interessante, do leitor infanto-juvenil e dessa construção delicada da

linguagem poética que este conto se torna tão peculiar para os olhos do leitor, transcendendo a faixa etária do público alvo e encantando os adultos também.

Nessa direção, interessa-nos estudar a literatura como projeto do conhecimento humano, capaz de “tornar visível o que o tempo encobriu” (HOLANDA, 2004), implicando no fato do universo fabulatório possibilitar a revelação de verdades constituídas como sagradas pela ação do tempo e das ideologias, para permitir a reflexão do leitor acerca da história estabelecida e acerca de si mesmo. Assim, a leitura do texto literário em sala de aula permite uma ampla visualização das temáticas possivelmente abordadas, ampliando o universo do leitor e fazendo-o refletir, pensar e criar suas conclusões a respeito do lido e discutido. Sob esse ponto de vista,

Pensar o ensino da literatura e suas modalidades práticas supõe que se defina a finalidade desse ensino. É a formação de um sujeito leitor livre, responsável e crítico – capaz de construir o sentido de modo autônomo e de argumentar sua recepção [...]. É também, obviamente, a formação de uma personalidade sensível e inteligente, aberta aos outros e ao mundo que esse ensino da literatura vislumbra. (ROUXEL, 2013, p. 20)

Fica evidente, implícita ou explicitamente, que saímos de uma concepção tão somente autotélica da literatura para um entendimento do texto literário como atividade interpretativa das ações humanas (MERQUIOR, 1997), na condição de ser um instrumento de instrução e comunicação entre os indivíduos. Nessa perspectiva, tomar a obra literária para além da pura forma, é reconhecer que ela é dotada de conteúdo existencial, éticos, políticos, sociais e estéticos, tornando a experiência da leitura uma experiência de aprendizado para cada leitor.

## 1. A função social da literatura e questões de literatura e ensino

A literatura satisfaz, em outro nível, a necessidade de conhecer os sentimentos humanos e as relações sociais, ajudando-nos a tomar posição em face deles. É nesse ponto de reflexão que se situa a pertinência social da literatura, na qual pensamos quase exclusivamente por se tratar de uma realidade tão política e humanitária quanto a dos direitos humanos, partindo de uma análise do universo social e procurando retificar as suas iniquidades (CANDIDO, 2011).

Conforme o pensamento do autor de *Formação da literatura brasileira*, supracitado, permeando essa questão dos direitos humanos, existem dois grandes bens presentes na sociedade: **bens compressíveis** – aqueles que compreendem cosméticos, enfeites, roupas supérfluas – e **bens incompressíveis** - os que correspondem a necessidades básicas do ser humano, por isso mesmo não podem ser negados a ninguém, tais como alimento, casa, roupa, o vestuário, a saúde. Soma-se a esta última categoria também a instrução, segundo Candido (2011, p.176), pois os bens incompressíveis não se limitam a assegurar apenas “a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual”. Nesse sentido, é apontado também o respeito ao “direito à crença, à opinião, ao lazer, à arte e à literatura” (*Ibid.*, p. 174), pensada assim, portanto, tomamos a literatura como sendo “uma necessidade profunda do ser humano” (*Ibid.*, p.176). E tal necessidade está para além da natureza utilitária imposta à vida, diz respeito ao nosso universo simbólico, de imaginação e inventividade, lá onde a razão que ser soberana não alcança, o imaginário criador do artista vai mais longe.

Logo, sob o ponto de vista de pensar a literatura como exercendo importante função social na formação humanística, encontramos aporte teórico na formulação realizada por Antoine Compagnon, em seu livro *Literatura para quê?*. De acordo com o crítico, “é tempo de se fazer novamente o elogio da literatura, de protegê-la da depreciação na escola e no mundo” (COMPAGNON, 2009, p. 56). Sendo assim, o autor nos leva a refletir sobre a utilidade da literatura hoje para as nossas vidas, sobre quais valores a literatura pode criar e transmitir ao mundo contemporâneo, bem como pensar em qual lugar ela ocupa no espaço público, e, finalmente, refletir sobre por que defender a sua presença na escola.

Observando, então, todo esse poder que a literatura possui, Compagnon (2009) se utilizou para exemplificar do conceito Mimeses, no qual o texto literário é responsável por proporcionar prazer e instruir, como pode ser demonstrado nas fábulas através de seu poder moralizante. Mas, o teórico em questão afirma que superior ao fato de “instruir deleitando” conforme o preceito horaciano (*apud* COMPAGNON, 2012), a literatura funciona como processo libertador do indivíduo à sujeição das autoridades, ou seja, fará com que o leitor se utilize da literatura como instrumento de justiça e tolerância, contribuindo para a sua autonomia e responsabilidade enquanto cidadão.

Nessa direção, enxergar que a literatura nos faz pensar a vida de uma forma libertadora, soltando-nos das amarras convencionais e ultrapassando objetivos precisos, comprova, em todo o contexto atual de mal-estar na civilização, a necessidade de proteger a literatura da depreciação tanto na escola quanto no mundo.

Partindo ainda dessas considerações feitas por Antoine Compagnon, percebemos, em uma visão macro, os direitos humanos e a literatura tratados pela maioria das pessoas como pontos aparentemente desligados. Antonio Candido, em seu ensaio *O direito à literatura*, nos explica sobre a nossa sociedade ter chegado a um ponto de alto desenvolvimento e racionalidade técnica e de domínio sobre a natureza. Mas, os mesmos meios viabilizadores do progresso também o destroem. Assim, o movimento dos direitos humanos tem como objetivo buscar uma solução para essas grandes desarmonias existentes hoje, que geram a injustiça, promovendo – ou tentando promover – a igualdade. Nesse ponto, os direitos humanos e a literatura se mostram fortemente unidos, contrapondo a forma como são vistos atualmente.

Adorno (1995), em seu livro *Educação e Emancipação*, enfatiza que desbarbarizar tornou-se a questão mais urgente da educação, principalmente ao relacionar essa questão ao fato das pessoas hoje estarem tomadas por uma agressividade primitiva aliada a um impulso de destruição. Segundo Adorno (1995, p.159): “A forma de que a ameaçadora barbárie se reveste atualmente é a de poderes estabelecidos, praticarem-se precisamente atos que anunciam, conforme sua própria configuração, a deformidade, o impulso destrutivo e a essência mutilada da maioria das pessoas.”

Nesse contexto, a literatura por se configurar como uma manifestação universal de todos os homens em todos os tempos tem sido um instrumento de educação e instrução, pois os valores que a sociedade prioriza ou rejeita são vistos e lidos nos textos literários, sendo, então, a literatura como “o sonho acordado das civilizações” (CANDIDO, 2011, p. 177). Um povo ou um homem não pode ficar 24 horas sem fabular, sem ficção ou sem poesia, assim, a literatura passa a corresponder como um bem incompressível, ou seja, uma necessidade universal.

Cabe a nós lembrar e frisar que a literatura é um dos meios que permite a reflexão sobre as ideologias impostas, evidenciando que ela se encaixa nesse processo de humanização já discutido, possibilitando às pessoas se libertarem das submissões repressivas de alguns momentos da cultura, que induzem à produção e reprodução da barbárie.

O teórico Todorov (2009), em seu livro *Literatura em perigo*, também faz uma análise importante sobre esse desgaste por qual a literatura tem passado atualmente. O autor afirma que a crise da literatura e, conseqüentemente, do seu ensino está pautada no fato dela ter sido abordada nas escolas, em sua grande maioria, de forma equivocada, pois a literatura é um dos caminhos que conduzem o ser humano à sua realização pessoal.

Ele explica que o ensino literário, ultimamente, tem tomado caminhos contrários, esquecendo-se das peculiaridades da literatura e podendo trazer conseqüências perigosas como a falta de amor pela disciplina, por exemplo. Cabe, então, segundo Lourival Holanda (SANTOS et al., 2004) em seu ensaio *Da necessidade social da literatura*, aos professores dessa disciplina enxergar todo esse desgaste advindo do descaso político com a função social do ensino e propor, contestar o consenso, reagir ao vale-tudo ideológico.

Assim, segundo Todorov (2009), para o melhoramento da aplicação da literatura em sala de aula, seria eficaz ensinar as abordagens da literatura, bem como os conceitos literários postos em prática e as técnicas para isso apenas no Ensino Superior. Já no Ensino Básico (Fundamental e Médio) o qual se dirige a todos, ou seja, a um público bem mais extenso e não especializado no assunto, a literatura deve ser mostrada de fato, através do próprio texto literário e não trazendo visões de críticos literários ou teorias literárias, as quais devem interessar apenas àqueles que se especializarão na área. Desse modo, deve-se ter em evidência o texto literário e não os estudos literários, pois a função do ensino da literatura nas escolas é mostrar o que se destina a todos.

Assim sendo, vê-se no letramento literário, o qual se configura como um dos muitos usos sociais da escrita, construindo uma relação diferenciada do ato de escrever, o que o tornará um tipo de letramento singular, a prática mais adequada para se introduzir a literatura nas escolas. Logo, esse tipo de prática se utiliza de uma linguagem específica, através do domínio da palavra a partir dela mesma, exigindo um processo educativo específico. Como bem colocam Renata Junqueira de Souza e Rildo Cosson (p.103)

[...] o letramento literário é bem mais do que uma habilidade pronta e acabada de ler textos literários, pois requer uma atualização permanente do leitor em relação ao universo literário. Também não é apenas um saber que se adquire sobre a leitura ou os textos literários, mas sim uma experiência de dar sentido ao mundo por meio de palavras que falam palavras, transcendendo os limites do tempo e espaço.

Nesta senda, segundo Renata e Cosson, para aplicar o letramento literário em sala de aula o professor deve primeiramente se preocupar com a formação do repertório do leitor. Esse processo irá ocorrer de fato se, em sala de aula, houver um entendimento das informações do texto juntamente a estratégias de leitura.

Leyla Perrone-Moisés (2010) aponta, em sua obra *Literatura para Todos*, que a literatura como disciplina escolar e universitária está se tornando algo “arcaico” e parece ameaçada. Ela sugere que essas dificuldades advêm do Ensino Fundamental e Médio, período em que os alunos deveriam atingir as competências mínimas exigidas para a leitura e a escrita. Aponta, ainda, mais diretamente, o problema focado aqui no Brasil. Ela identifica que de 2001 em diante, pode ser percebido, inclusive, um desaparecimento da disciplina no Ensino Médio e esse fato não gerou nenhuma revolta em nossa sociedade.

Percebe-se, então, que há uma minimização da importância da literatura e da linguagem verbal como um todo pelo órgão educacional mais importante de nosso país – o Ministério da Educação (MEC) –, evidenciada, por exemplo, pela adesão à nomenclatura “Linguagem, códigos e suas tecnologias”, a qual exclui, inclusive, a palavra Literatura do repertório. Essa exclusão ocorre tanto nessa nova nomenclatura quanto nos documentos oficiais. Sendo assim, a discussão leva-nos a pensar que obviamente as diretrizes do MEC não são a causa da ameaça à literatura no Brasil, mas evidentes sintomas desse problema.

A tríade artista, obra e público, proposta por Candido (2011), não está sendo completa, já que o público – no caso escolar – não tem acesso ao texto literário. Isso pode ser provado através do fato, por exemplo, que sua abordagem hoje só é anunciada realmente a partir do Ensino Médio, de acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) e os PCNS (3º e 4º ciclos), os quais evidenciam claramente que a Literatura aparece marginalizada como um todo, mas, principalmente, no Ensino Fundamental.

Em decorrência disso, o problema atinge os professores e pode-se perceber, dessa forma, um efeito dominó: uma grande parte dos docentes de Língua Portuguesa, diante dessas orientações curriculares, se adéqua aos livros didáticos, os quais, muitas vezes, apresentam apenas fragmentos literários, e segue os encaminhamentos destes manuais, excluindo, em sua maioria, a leitura integral do texto literário da vida escolar desses alunos.

Nesse sentido também, Leyla Perrone-Moisés (2010) levanta vários pontos pertinentes sobre as razões pelas quais deve-se insistir no ensino da literatura. Segundo ela, literatura é ensinar a ler e sem leitura não há cultura; a literatura está em seu mais alto grau de precisão e sua maior potência de significação, possibilitando múltiplas interpretações. Além disso, a literatura é um instrumento de conhecimento e autoconhecimento, o que permite libertar o leitor de seu contexto estreito. Sendo assim, a linguagem literária capta níveis de percepção e expressão da realidade que outros textos não alcançam.

Trazendo esse raciocínio para a nossa área específica, o professor de literatura deve evitar ouvir o aluno para atender aos seus desejos e passar a ouvi-lo justamente para detectar qual a realidade desse leitor a fim de adequar a inserção do texto literário no contexto correto, pois essa medida irá proporcionar a competência de leitura e interpretação do texto literário.

A literatura orienta o leitor a partir de suas múltiplas possibilidades de interpretação, deixando-o exercer sua liberdade de ideias. Manter a literatura e zelar por ela no Ensino Fundamental solidifica a questão de que os contatos com a literatura devem começar desde a juventude, por incluir textos de todos os tipos, proporcionar prazer e melhorar a autoestima.

## 2. O Beijo da Palavrinha de Mia Couto

Tendo em vista a escolha da obra em apreço coadunada ao método do letramento literário, faz-se importante analisá-la. Diante de sua história social, pode-se dizer que Mia Couto é um recriador de lendas. Seu livro *O beijo da palavrinha* comporta questões simbólicas e tradição oral, já que passada de mão a mão por velhos contadores de histórias.

Mia Couto dá natureza à sua narrativa, de ensinamento e transmissor de sua tradição oral. Em terras africanas, a oralidade ganha relevo, pois é de hoje e de sempre,

através dela escritores, poetas e antigos contadores de histórias articulam o homem do presente ao passado histórico, com a finalidade de transmitir para o grupo. Nessa direção, podemos afirmar com

o ensinamento que há mantido o relato durante séculos, nas distantes aldeias de África Ocidental, pode também ser recebido, entendido e interpretado por ouvidos muito distintos daqueles a que estavam destinados no princípio. E assim, o conto segue cumprindo a missão que lhe foi encomendada. O conto segue sendo, então, um transmissor de valores tradicionais que, ademais, devem ser descobertos por entre os rodeios da história e adaptados à realidade que se vive. A cada um sua missão, a cada qual, sua tarefa. Mas, “de um e outro lado do mar de areia” os homens e as mulheres não são, afinal de contas, tão distintos!<sup>1</sup>

Nesse caso, *O beijo da palavrinha* narra a história de dois personagens principais: Maria Poeirinha e seu irmão Zeca Zonzo, dos irmãos que nunca viram o mar. Observa-se, assim, o quão são importantes os nomes próprios escolhidos por Mia Couto, pois têm papel muito significativo para o contexto e entendimento da história, já que são carregados de adjetivações, tal como aparecem em: “Era uma vez uma menina que nunca vira o mar”, “Ela e sua família eram pobres [...]”, “[...] o Zeca Zonzo que era desprovido de juízo.” (Ibid., p. 6)

A princípio o narrador chama a atenção do leitor para o fato de Poeirinha nunca ter visto o mar e de sua família morar no interior, bastante longe do litoral: “viviam tão no interior que acreditavam que o rio que ali passava não tinha fim nem foz.” (Ibid., p. 6), fato associado também à miséria e pobreza que a família da personagem está inserida. Segundo Candido (2011), dentro de uma visão literária, o pobre passou a fazer parte da literatura a partir do Romantismo, onde se pode notar a entrada dos Direitos Humanos nos textos literários. Então, a partir daí, a narrativa desenvolveu cada vez mais os aspectos sociais. Mia Couto encaixa-se dentro desse aspecto, escritor contemporâneo, demonstra preocupar-se bastante com a compreensão da condição humana, o que transforma seus leitores a partir do seu interior.

Seguindo a narrativa, a família então adquire consciência que a saúde de Poeirinha está bastante delicada e a mãe desconsolada tenta embalar a filha, cantando canções de ninar: “A mãe pegou nas mãos da menina e entoou as velhas melodias de embalar.” (Ibid., p. 14). Diante do quadro de angústia e tristeza de todos que cercavam Maria Poeirinha, a criança já muito fraca ao leito é surpreendida pelo irmão, Zeca Zonzo: “Já se preparavam as finais despedidas quando o irmão Zeca Zonzo trouxe um papel e uma caneta.” (Ibid., p. 14). A proposta do Zonzo era conduzir a irmã ao mar: “Vou lhe mostrar o mar, maninha.” (Ibid., p. 14).

Maria Poeirinha imersa em toda a fragilidade da doença não enxerga as letras da palavra, apesar do esforço, a menina não consegue ler: “Eu já não distingo letra, a luz ficou cansada [...]” (Ibid., p. 16). O irmão, numa atitude de carinho e insistência para salvar a irmã, oferece a solução: “Eu lhe conduzo o dedo por cima do meu.” (Ibid., p. 16). Diante dessa cena, o leitor consegue sentir a delicadeza do amor desse irmão, ativando as emoções e o imaginário para a leitura poética da narração.

Todos da família acham aquela atitude estúpida, louca, fora da razão, e, em seguida, tentam afastar o menino do leito da irmã, justificando que a presença dele

---

<sup>1</sup>Cf. AGBOTON apud SISTO, em Revista Tabuleiro das Letras. Disponível em <[http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero\\_especial/pdf/artigo\\_nespecial\\_01.pdf](http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_especial/pdf/artigo_nespecial_01.pdf)>. Acesso em 24 de ago. de 2014.

deixaria a menina sem ar. Evidencia-se, exemplificado através dessa atitude, a visão deformada e preconceituosa que uma parte da sociedade – inclusive os próprios familiares - tem com aqueles possuidores de transtornos mentais. Sendo assim, essa visão sobre a loucura que Mia Couto sugere poeticamente para o leitor propõe uma revisão na postura comum e abre a reflexão, por trás das linhas, para a inclusão dos marginalizados socialmente. Esse é o efeito que a literatura em sua pluralidade permite, como bem aponta Compagnon (2009, p. 60), “ela (a literatura) nos torna sensíveis ao fato de que os outros são muito diversos e que seus valores se distanciam dos nossos.”

Passados anos, Zeca Zonzo vê a foto da irmã e sente saudades: “Eis minha mana Poeirinha que foi beijada pelo mar. E se afogou em uma palavrinha.” (COUTO, 2006, p. 28). O menino nos propõe metáforas delicadas e através dessas palavras escolhidas por Zeca Zonzo para lembrar a morte da irmã, percebe-se uma utilização do léxico “como forma de apreensão do sensível”, conforme pensamento de Lourival Holanda (apud SANTOS et al., 2004).

Toda a obra é permeada por inúmeras metáforas e construída como uma prosa poética. Uma história curta, mas que propõe longas reflexões e discussões, podendo ser observados pontos importantes como: a morte, a loucura, a pobreza e contexto social africano. Portanto, a história da menina que se afogou em uma palavrinha reforça o potencial que a literatura infantil tem a oferecer aos leitores.

O menino, assim, promove à irmã uma viagem ao mar, uma viagem fictícia. Bem como o Zeca, a literatura nos possibilita essa liberdade, dando-nos o direito de sonhar e fabular. Sendo assim, ela se mostra ao ser humano um direito que não pode ser destituído, por ser uma das responsáveis em desmascarar conceitos já cristalizados e considerados verdades absolutas em nosso meio social, as quais reprimem e, muitas vezes, podam-nos dos sonhos.

A literatura desconcerta, incomoda, desorienta, desnorteia mais que o discurso filosófico, sociológico ou psicológico porque ela faz apelo às emoções e à empatia. Assim, ela percorre regiões da experiência que os outros discursos negligenciam, mas que a ficção reconhece em seus detalhes. (COMPAGNON, 2006, p. 64)

A literatura, nesse sentido, pode ser comparada ao mar no Beijo da palavrinha, pois, segundo Antonio Candido (2011, p. 177), “A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.”

Nessa perspectiva, também, é interessante pensar que existem, na literatura, os níveis de conhecimento intencional, em que o autor demonstra suas intenções e posicionamentos ideológicos. Resultante dessa postura, o autor do *beijo da palavrinha* evidencia a formação de uma literatura social, a qual se assemelha, como já dito, aos Direitos Humanos, por fazer uma análise do universo do homem, ou seja, da sociedade. Pensando assim, por abordar essas temáticas, seria comum esperar que a obra causasse um choque ou uma sensação desagradável no leitor, principalmente por se tratar de um público infantil. Mas isso não ocorre, talvez por que:

A literatura tem um papel particular a cumprir nesse caso: diferentemente dos discursos religiosos, morais ou políticos, ela não formula um sistema de preceitos; por essa razão, escapa às censuras que exercem sobre as teses formuladas de forma literal. As verdades desagradáveis têm mais chances de ganhar voz e serem ouvidas numa

obra literária do que numa obra filosófica ou científica. (TODOROV, 2009, p.78)

## Conclusão

Faz-se necessário lembrar que a história da humanidade está vinculada aos mais diversos registros fictícios, tecida desde os primórdios de nossa existência. Basta pensar que o homem sempre contou e transmitiu a suas gerações fatos, lendas, histórias vividas ou imaginadas. Isso porque tanto a matéria narrativa quanto a poesia como discurso de fundação, não têm uma data precisa; a poesia, de acordo com Octavio Paz (1982, p. 164), diz respeito a uma experiência do homem com o tempo, é de sempre. Como forma de instrução, ensinamento ou entretenimento, o universo fabulatório se confunde com a experiência humana, cada época herdou de tempos de outrora mitos, lendas, poesia, teatro, drama, narrativas diversas, e transmitiu a gerações seguintes, dando-nos não apenas um retrato de uma época, mas a representação de nossa realidade social e humana.

Refletimos sobre o fato de uma das possibilidades de melhor aplicar o ensino da literatura em sala de aula, ser trabalhar através da articulação do texto literário com a história e a sociedade, priorizando a especificidade e a singularidade da linguagem através das quais a ficção é constituída. Afinal, como afirma Antonio Candido (2011), todos sabemos que a literatura, como fenômeno de civilização, depende, para se constituir e se caracterizar, do entrelaçamento de vários fatores sociais. A esse respeito, o teórico em questão, demonstrou a importância da literatura e da arte como direitos incompreensíveis ao ser humano, tanto quanto a alimentação e a saúde, sendo um direito universal. Desse modo, a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos, não podendo, portanto, o ser humano viver sem ela, pois todos nós precisamos entrar em contato com alguma forma de fabulação.



## Referências bibliográficas

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**. 12 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

\_\_\_\_\_. **Vários Escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

COMPANGNON. **Literatura para quê?** Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

COUTO, Mia. **O beijo da palavrinha**. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2006.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Inútil Poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Renata Junqueira de; COSSON, Rildo. Letramento Literário: uma proposta para a sala de aula. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40143/1/01d16t08.pdf>>. Acesso em: mar. 2014.

TODOROV, T. **A literatura em perigo**. Trad. Caio Meira. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

HOLANDA, Lourival. **Da necessidade social da literatura**. In: CORDIVIOL, Alfredo; SANTOS, Derivaldo dos e ARAÚJO, Valdenides Cabral. *As marcas da letra*. Sujeito e escrita na teoria da literatura. João Pessoa, 2004, p. 215-224

MEC. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: abr. de 2014.

TINOCO, Glícia A. **Projetos de letramento: ação e formação de professores de língua materna**. 254 p. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.